



1. Wikileaks: um Debate no Tempo Presente

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Daniel Santiago Chaves

O comentado e recente fenômeno do vazamento de informações – mais detalhadamente a correspondência consular internacional – na World Wide Web gerou impacto e repercussão no final de 2010, trazendo uma mistura de regozijo e preocupação a todos os conectados a rede da informação global. Assim, apresentamos dois textos de análise e caracterização do que representou esse evento histórico, que certamente marcará o fim da primeira década do século XXI. A primeira análise é de Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Brasil / UFRJ, enquanto a segunda é de Daniel Santiago Chaves, mestre em História Comparada pela mesma universidade.

Logo que a notícia circulou dando conta que a rede diplomática americana – entre outras instituições – havia sido rompida e que importantes “segredos de Estado” americanos viriam à público, a mídia internacional buscou os aspectos mais sensacionais e comprometedores dos “telegramas” diplomáticos americanos. Tratava-se da publicação, sem censura, dos relatórios enviados pelo pessoal diplomático americano – a maior rede de diplomacia do mundo – para o departamento de Estado (equivalente de ministério do exterior) em Washington. Sendo material para informar a formulação da política externa americana era, por sua própria natureza, material secreto e, quase sempre, indiscreto.

Sem dúvida o material mais sensível – despacho da secretária de Estado Hillary Clinton com o Presidente Obama ou os debates do Conselho de Segurança Nacional – não estava em risco. Tratava-se, tão somente, da correspondência entre as embaixadas e consulados americanos e Washington. Contudo, mesmo assim, criou-se um clima de escândalo e de temor, especialmente pelo volume do material (mais de 50 mil documentos), o que exigia uma pesquisa demorada e garantiria o surgimento de novidades durante um bom tempo. Assim, os segredos da WikiLeaks abasteceriam durante semanas a mídia internacional.



Tal aspecto de indiscrição e de escândalo foi reforçado pela trajetória “out sider” do principal mentor da WikiLeaks, o australiano Julian Assange, que passou a assumir, e representar, um novo espírito de liberdade informacional. Sua posterior prisão na Suécia, onde o sítio eletrônico é hospedado, sob a acusação de estupro (decorrente de uma legislação considerada puritana e controladora, sem equivalência na maioria dos países democráticos do Ocidente) acabou por reforçar o caso WikiLeaks como paradigmático para os novos tempos da globalização informacional.

No seu conjunto o material disponibilizado pela WikiLeaks é pobre – reafirmamos que os documentos estratégicos ficaram resguardados. Trata-se, em suma, de correspondência consular, muitas vezes redigida por agentes diplomáticos com pouca, ou nenhuma, familiaridade com o tema tratado ou com o país referido. Este é, em verdade, um traço característico da diplomacia americana. Os Estados Unidos usualmente utilizam-se de homens externos à carreira diplomática – como empresários, funcionários de outros departamentos, professores, religiosos, policiais, agentes humanitários e militares – para funções de informação, com ou sem status diplomáticos. O resultado é medíocre, desigual e muito dependente da formação e da ideologia de tais agentes.

Muitos de tais agentes em especial embaixadores, assumem seus cargos em função de favores prestados aos presidentes em exercício, em especial contribuições financeiras durante as campanhas eleitorais (imagine o escândalo que isso seria no Brasil!).

Da mesma forma, a diplomacia americana – tal qual o americano médio – são muito mal informados, e formados, em relação aos demais países, povos e culturas do mundo. Dificilmente conseguem abrir mão do “seu lugar de fala” para descrever e analisar outras sociedades, produzindo constantemente lugares comuns, comparações com a pretendida excelência do “american way” em toda e qualquer atividade e produzindo forte reducionismo histórico e etnocentrismo cultural exacerbado.

Assim, o material da WikiLeaks veio apenas confirmar aquilo que os especialistas em relações internacionais já sabiam: a superficialidade das análises americanas sobre o mundo. Não nos interessa aqui repetir o imenso elenco de gafes e de banalidades produzidas por diplomatas bem pagos e bem equipados, mas um par destas bobagens basta para dar a dimensão da saturação culturalista americana. Como exemplos: a análise do governo russo



(Medvedev e Putin) como um “comics” americano de Batman e Robin (qual seria o “comics” da dupla Bush+Dick Cheney?); o telegrama de Hillary querendo saber da saúde mental de Cristina Kirchner (será que a Suprema Corte americana não poderia pedir um teste de sanidade do presidente Bush?) ou a afirmação que o sistema político brasileiro é “bizantino” (ora, o sistema eleitoral americano baseado em delegados, por cima do voto popular, e com uma cédula eleitoral pré-histórica é o que?).

Em suma, nada há no conjunto dos documentos que altere decididamente um livro de bom nível sobre relações internacionais escrito previamente. Mas, para sermos sinceros, os documentos revelados pela WikiLeaks prestaram um grande favor ao revelar dados novos. Vejamos. Em primeiro lugar a comprovação da hipocrisia americana no tratamento da questão do aquecimento climático – este é um ponto relevante e que dá conta da superficialidade e da encenação promovida por Obama ou da legalidade internacional em face do pedido de Hillary para espionar a ONU. Em segundo lugar os documentos revelam a extrema ingenuidade e falta de percepção de altos funcionários internacionais prontos para fazer confidências, incluindo aí fofocas contra seus colegas de governo, a agentes americanos. Assim, vemos um poderoso banqueiro português, um bispo brasileiro e um ministro da defesa candidamente produzindo análises sobre colegas e superiores – incluindo aí o Papa – para os diplomatas americanos. Por fim, vemos também a duplicidade da política externa americana, quando os mesmos diplomatas que concordam com seus parceiros estrangeiros em reuniões e conferências apressam-se, em seguida, para escrever para “Mamãe Ganso” criticando duramente os mesmos parceiros, incluindo aí as parcerias maios cooperativas, como ingleses, árabes do Golfo, israelenses e mesmo brasileiros.

Por fim, o balanço possível do caso WikiLeaks é pobre, excetuando o fato que “daqui pra frente tudo será diferente”, para aqueles que possuem bom senso, ao falar com funcionários americanos. O melhor de todo o caso foi, contudo, a reação – espontânea, imediata, não coordenada - do cyberativismo mundial contra os governos e empresas que participaram da repressão a WikiLeaks e seu mentor.

Com o progressivo transcorrer do aparentemente inesgotável século XX e a chegada da Era da Informação, renunciou-se o fim do capitalismo industrialista e da sociedade centralmente estabelecida em produção manufatureira em larga escala serial. Decorrente transformação e posfácio da era das luzes, de tudo se esperou e restava cada vez mais a convicção do futuro no conhecimento: de Peter Drucker a Daniel Bell, a sociologia das organizações começou a



progressivamente atentar para a vanguarda do que hoje nós conhecemos como o amplo conceito de cibercultura.

Essa cultura cibernética, que assumia formatações distantes que variavam desde organogramas das então inovadoras empresas ‘multinacionais’ até o universo cyberpunk de William Gibson – passando por ingênuas noções universalistas de Aldeia Global, como diria Marshall McLuhan – estava profundamente firmada na tradição moderna e republicana de liberdade, fraternidade e igualdade, pensara Pierre Lévy. Assim sendo, essa admirável nova forma de apreensão do homem diante do seu novo espaço – o ciberespaço – formava e deformava comportamentos, práticas sociais, afetivas e culturais, disciplinando e rompendo mecânicas coreográficas de biopoder para um século XXI que não era nem bom, nem ruim, nem neutro.

A cibercultura, em princípio, precisa ser dissociada da conceituação ingênua e pouco profunda sobre o uso massivo de computadores, definição esta por sua vez decorrente do explosivo informacionalismo da nossa sociedade contemporânea e que gera uma leitura superficial indutiva sobre o tão aguardado pantribalismo da Internet. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram inventivas leituras sobre a customização corpórea através de próteses – a figura mítica do Cyborg definida por Klein e Clynes em 1960 [1] - que representam uma amostra do que os impulsos pós-futuristas do capitalismo contemporâneo poderiam representar em novos horizontes da produção, performance e disciplina dos corpos. Do niilismo de Laranja Mecânica ao clima noir da ‘Sprawl trilogy’ [2] de Gibson, passando pela distopia de Philip K. Dick, o relacionamento dos homens com as máquinas – e as suas drogas e ‘benesses’ derivadas - foram interpretados consecutivamente como formas de relacionamento vertical, opressivo e desestruturante do caráter humano e pulsante do ser. O paradigma tipicamente pertencente ao século XX e ao pessimismo “low life, high tech” vigia às vésperas da tão esperada e nunca ocorrida III Guerra Mundial. Sem Bomba Atômica, o medo do futuro residia na própria perpetuação da espécie humana.

A ruptura com esse amplo conjunto de expectativas distópicas se deu exatamente no fim do período gelatinoso que vai do fim da Guerra Fria (1945-1989/1991) e a Crise Financeira de 2008, quando finalmente seria sepultado o século XX juntamente ao seu império sobrevivente, os EUA. Quando se funde o ataque às Torres Gêmeas ao capitalismo especulativo industrialista americano, com o frigidar das guerras no Oriente Médio e um



conseqüente golpe às bases morais de sustentação do American Way of Life, entrou cena uma seqüência de duros abalos que desestabilizaram qualquer olhar que ainda considerasse a então tida hiperpotência global. A ascensão de novas projeções sociais e políticas positivadas, por sua vez vastamente embebidas pela herança dos primeiros movimentos ecologistas do último quartel de século XX, contrariaram todas as expectativas mais pessimistas do início do Século XXI. A disseminação do microcomputador doméstico como ferramenta educacional e reguladora do tempo e produção humana provia aos netos do ‘do-it yourself’ punk - impulsionados pelo caminho e contribuição da emancipada geração yuppie [3] - uma amálgama de oportunidades para contribuir individual e coletivamente para uma ação coletiva que transcendia a acepção cultural, agora na direção de uma expressão inovadora de ato político.

O hacktivism: política na rede

A já ‘envelhecida’ Geração X, educada sob a tutela da democracia liberal + economia de mercado (o tão comentado arranjo “neoliberal” do ocidente contemporâneo) e influenciada por filmes como Clube da Luta e Matrix, era resguardada e preparada para a produtividade em um período sem esperanças que se aproximara no tempo presente. Após longo isolamento nas suas relações ascéticas com a nova modalidade de educação televisiva – o microcomputador –, estes jovens encontrarariam seu eldorado nas redes sociais digitais para superar os seus duros impasses sobre as questões de gênero, a afirmação do ser e a sociabilidade. Disciplinados em uma ambiência asséptica de não-dotação do convívio multissensorial intrínseco às relações sociais entre congêneres, essa Geração X desaprendera o sentido revolucionário da violência física, ao mesmo tempo em que era dotada de novas ferramentas de organização, agora descentralizadas e amplamente baseadas em fluxos imateriais de informação.

É nesse contexto que surge o chamado hacktivism que ao mesmo tempo mantém a questão revolucionária da iluminista e sombria cibercultura, ainda que se baseando nestes princípios de desobediência civil não-violenta. Esse ativista geralmente é motivado, por um lado, pela já citada necessidade de afirmação gerada por essa neoliberal atomização dos indivíduos – e daí a questão da reputação dos pseudônimos, mesmo nos grupos encobertos pelo anonimato, se torna tão importante. Por outro, é movido por uma profunda insatisfação política derivada de situação social enclausurante, gerando uma orientação de comportamento fora-da-lei, mas



jamais concebendo a destruição total do seu sistema, sendo pacífico com relação aos bens materiais e geralmente capacitado para agir sozinho, mantendo-se assim sistemicamente pertencente ao campo de orientação do indivíduo encapsulado, ainda que suas ações geralmente sejam massivas, em bando espontaneamente formado. Em um raso paradoxo, as máquinas autocráticas de governar são desmontadas pelas máquinas domésticas de reprodução assistida do modo de produção capitalista-informacional. A mudança desejada por estes ativistas contemporâneos, portanto, está diretamente relacionada à incapacidade sistêmica dos estados nacionais e pelas corporações capitalistas em estabelecer relações menos voltadas para a exploração e o controle social, desejando acima de tudo um relacionamento mais transparente e menos opressivo. O impulso do hacktivismo político contemporâneo, quando considerado em passo a frente das disputas por reputação, estão diretamente voltadas para um governo colaborativo ‘open source’, em uma metademocracia [4] ultraliberalizada e esgarçada nas suas mais variadas instâncias de participação, com a conseqüente implosão da noção moderna de representação. Assim, a participação política eletrônica (e-participação) seria um hipotético, não-coreografado ‘sit-in’ massivo e virtual, em analogia aos atos de desobediência do movimento dos direitos civis de 1960, nos EUA.

Tudo isso, desde já, afasta qualquer possibilidade de conciliação entre o ciberterrorista e o hacktivista.

A ciberpolítica como ela é – ou pode ser

O que se constituiu e impulsionou essa forma de ação hacktivista foi modelada pelo aumento da capacidade de processamento de informações na própria rede em progressão geométrica. Esta capacidade, por sua vez, gera as condições para que os nós da rede não sejam mais os servidores ou microcomputadores, mas os próprios hotpoints de encontro entre os ativistas - a tecnologia alternativa ‘wiki’. Nesse sentido, se vê comprometida a capacidade de mapeamento, controle e punição dos Estados junto aos grupos dos anárquicos hacktivistas ou ‘cyberpunks’ (cyberpunks dotados de capacitação para manipular códigos-fonte de websites e sistemas de informação) ao passo em que não só as suas formas de organização são fluidas, mas os seus próprios lócus de atividade são orientados por um princípio de replicação fractal. Dessa maneira, os hacktivistas agem constantemente redesenhando os seus modos e espaços de atividade, compartilhando e manipulando coletivamente os seus códigos-fonte através de sites-máscaras e utilitários-soldados coordenados (os bots) que simulam comportamentos e



ações humanas dentro de uma matriz combinatória pré-designada [5]. Ou seja, em pontos de encontro tão variáveis quanto um IP [6] e com um verdadeiro exército de robôs virtuais de comportamento coordenado, os hacktivistas utilizam-se de uma típica atuação em rede (conforme o Estado-Rede descrito por Manuel Castells) para desestabilizar o sistema, sem que com isso desejem a sua destruição.

A ciberpolítica se afirma nesse espaço virtual como uma amálgama de pós-jornalismo científico blogado, que levanta fundos e recruta militantes de modo voluntário para a organização reticular. Censura e repressão, inevitavelmente, recaem sobre o Estado como mecanismos pré-fabricados de controle sobre uma forma de ação política que aciona novas modalidades de articulações retórico-discursivas. A busca pela prestação de contas dos órgãos administrativos ou representativos junto aos seus representados decorre, no início da segunda década do século XXI, de um lado, por um profundo embate de uma ética pós-liberal dos cibercidadãos contra o hermetismo das questões gerais do Estado-Nação mundializado. A implosão das noções modernas de representação e participação políticas, ainda que esbarrem na velha discussão da inclusão digital, é hoje um problema real para as formas de organização e associação cidadãs oriundas dos séculos passados. Em sociedades liberais desenvolvidas do Atlântico Norte, onde a população participa dos pleitos e referendos presenciais do Estado de modo facultativo, a ruptura é ainda maior e tem conseqüências ainda incertas para uma futura e-democracia.

O sonho messiânico dessa catalizada Geração X ainda não havia ocorrido até dezembro de 2010, quando foi preso Julian Assange e a sua organização, a WikiLeaks, se tornou mundialmente conhecida. A partir daí, todos passaram a olhar para o passado do hacktivismo para pensar um novo mundo. E é nesse olhar que nós nos debruçaremos agora, da Colômbia ao Sri Lanka. E é nesse futuro do passado que está preso Julian Assange, é lá que nasceu o WikiLeaks e é lá que pode morrer um novo mundo perdido onde a informação não seria mercadoria.

Notas

[1] “The Cyborg deliberately incorporates exogenous components extending the self-regulatory control function of the organism in order to adapt it to new environments.”, ou seja, o corpo é entendido como um dispositivo output para novas relações, diferentemente da prerrogativa do input sensorial. A questão original do cunho fundante de cyborg – cyber organism, ou organismo cibernético – é o aumento do desempenho do corpo humano



para novas descobertas exploratórias no universo. Ver: CLYNES, Manfred E. & KLINE, Nathan S. Cyborgs and Space. EUA: Astronautics, 1960.

[2] Trilogia dos primeiros livros de ficção científica distópica noir do romancista William Gibson, integrando: Neuromancer (1984), Count Zero (1986) e Mona Lisa Overdrive (1988).

[3] Yuppie é um acrônimo de "young urban professional", ou possivelmente de "young upwardly-mobile Professional", sendo um termo surgido no início dos anos 80 para definir jovens profissionais liberais entre 20 e 30 anos, obsessivos por ascensão profissional e social e compulsivos no consumo materialista.

[4] Ver: http://www.metagovernment.org/wiki/Active_projects

[5] Os bots são utilizados das mais variadas formas, desde jogos de computador em rede onde o usuário compartilha da oportunidade de enfrentar vários oponentes customizáveis, até a compra de ingressos em sites de espetáculos culturais, vírus via spam de e-mail e enquetes eletrônicas.

[6] O endereço IP (Internet Protocol) é o número de conexão dos microcomputadores com a internet, uma espécie de impressão digital, de marca telefônica da conexão com a rede. É o número de registro que identifica o acesso e as ações durante este acesso.